

## **Análise discursiva dos editoriais sobre a prisão de Lula nos principais jornais diários do Recife<sup>1</sup>**

Júlia SANTIAGO<sup>2</sup>

Julliana BRITO<sup>3</sup>

Maria Clara de ARAUJO<sup>4</sup>

Mirella Mei PENHA<sup>5</sup>

Cláudio BEZERRA<sup>6</sup>

Universidade Católica de Pernambuco, Recife, PE

### **Resumo**

Este artigo tem por objetivo analisar como os três principais jornais diários do Recife – Jornal do Commercio, Diário de Pernambuco e Folha de Pernambuco – abordaram a prisão do ex-presidente Lula em seus editoriais. A pesquisa envolveu a análise do discurso dos editoriais publicados nos dias 5 a 7 de abril de 2018, período que compreende a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de negar o pedido de habeas corpus preventivo à Lula, a expedição da ordem de prisão pelo juiz Sérgio Moro, a resistência de Lula, sua rendição e chegada até a carceragem da Polícia Federal, em Curitiba. Para o trabalho de análise, adotamos a semiótica social de Kress e Hogde, que apresenta uma preocupação explícita a respeito da relação entre linguagem e política.

**Palavras-Chave:** editorial; jornalismo opinativo; gêneros jornalísticos; discurso; ideologia.

### **1. Introdução**

Os gêneros jornalísticos são formas de organização do material jornalístico a partir de determinados critérios funcionais socialmente aceitos e compreendidos pelo público. Para Medina (2001), esses gêneros são uma espécie de guia para a elaboração de textos jornalísticos, indicando o que dizer e como dizer, e ao mesmo tempo servem,

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no IJ01 – Jornalismo, da Intercom Júnior – XIV Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do 41º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação

<sup>2</sup> Estudante de Graduação. 2º semestre do Curso de Jornalismo da UNICAP, e-mail: [juliaribsantiago@gmail.com](mailto:juliaribsantiago@gmail.com)

<sup>3</sup> Estudante de Graduação. 2º semestre do Curso de Jornalismo da UNICAP, e-mail: [jullianabrito1@hotmail.com](mailto:jullianabrito1@hotmail.com)

<sup>4</sup> Estudante de Graduação. 2º semestre do Curso de Jornalismo da UNICAP, e-mail: [clarinhaferrei@hotmail.com](mailto:clarinhaferrei@hotmail.com)

<sup>5</sup> Estudante de Graduação. 2º semestre do Curso de Jornalismo da UNICAP, e-mail: [penhamirellafoto@gmail.com](mailto:penhamirellafoto@gmail.com)

<sup>6</sup> Orientador do trabalho. Professor do Curso de Jornalismo na UNICAP, e-mail: [claudiobezerra@unicap.br](mailto:claudiobezerra@unicap.br)

---

entre outras coisas, para orientar os leitores a lerem os jornais, identificando a intenção de cada texto: informar, opinar, interpretar ou divertir.

Não há um consenso a respeito da classificação desses gêneros, uma vez que eles surgem e se reconfiguram a partir da prática profissional. De certo modo, acompanham as fases e as transformações que o próprio jornalismo tem passado ao longo do tempo. Marques de Melo e Francisco de Assis (2016) apontam que o gênero informativo surgiu no século 17, já o gênero opinativo é do século 18, e que os gêneros interpretativo, diversional e utilitário se legitimaram no século 20.

Mas apesar de todas as transformações e reconfigurações, os gêneros informativos e opinativos continuam sendo predominantes no âmbito do jornalismo, mesmo agora no século 21 (ASSIS, 2010). Ao presente artigo interessa discutir mais de perto o gênero opinativo. Para Marques de Melo (2003), nos jornais contemporâneos a manifestação da opinião não é mais um fenômeno monolítico como no passado. Por mais que a empresa de comunicação tenha uma linha política-ideológica definida, “em torno da qual pretende que suas mensagens sejam estruturadas, subsiste sempre uma diferenciação opinativa” (MARQUES DE MELO, 2003, p.101), uma vez que a valoração dos acontecimentos emerge de quatro núcleos: a empresa, o jornalista, o colaborador e o leitor. As opiniões de cada um desses núcleos se manifestam por meio dos gêneros opinativos.

Segundo Marques de Melo (2003), as empresas jornalísticas manifestam opinião por meio de um único gênero: o editorial. Já os jornalistas opinam a partir de gêneros como o comentário, a resenha, a coluna, a crônica, a caricatura e, eventualmente, o artigo. Os colaboradores se expressam sob a forma de artigos. Enquanto o leitor encontra expressão permanente pela carta. Embora não seja monolítica, a opinião da empresa jornalística tem um peso significativo na elaboração de um jornal, uma vez que interfere na definição de pautas, no enquadramento das notícias, bem como nos títulos, fotos e destaques da primeira página. Nesse sentido, estudar o editorial de um jornal pode ajudar a entender porque determinadas notícias são selecionadas e como elas são apresentadas para os seus leitores.

Para Marques de Melo (2003, p.103), o editorial é um gênero jornalístico que transmite a opinião oficial de um jornal sobre assuntos de maior repercussão no momento. No entanto, a sua natureza de porta-voz da empresa jornalística “precisa ser melhor compreendida e delimitada”. Adotando as ideias de Raúl Rivadeneira Prada,

---

Marques de Melo ressalta que nas sociedades capitalistas avançadas o editorial não reflete exatamente a opinião dos proprietários nominais de um jornal, mas sim do conjunto dos setores da organização jornalística, incluindo os acionistas, além de anunciantes e alguns núcleos do aparelho burocrático do Estado.

Assim sendo, o editorial afigura-se como um espaço de contradições. Seu discurso se constitui como uma teia de articulações políticas e por isso representa um exercício permanente de equilíbrio semântico. Sua vocação é a de apreender e conciliar os diferentes interesses que perpassam sua operação cotidiana. (MARQUES DE MELO, 2003, p.103)

Considerando que o editorial expressa a opinião das forças que sustentam a instituição jornalística, qual seria então o público alvo de sua argumentação? De acordo com Marques de Melo (2003, p.104), nos países onde existe uma sociedade civil forte e organizada o editorial é dirigido à coletividade, se constitui como “um indicador que pretende orientar a opinião pública”. No entanto, no Brasil, embora sejam formalmente dirigidos à opinião pública, os editoriais estabelecem uma relação direta de diálogo com o Estado.

...não se trata de uma atitude voltada para perceber as reivindicações da coletividade e expressá-las a quem de direito. Significa muito mais um trabalho de “coação” ao Estado para a defesa de interesses dos segmentos empresariais e financeiros que representam. (MARQUES DE MELO, 2003, p.104)

Além da dimensão política e social, o editorial tem uma identidade redacional. Luiz Beltrão (apud MARQUES DE MELO, 2003, p.108) aponta quatro atributos específicos deste gênero jornalístico opinativo. O primeiro é o da impessoalidade, pois trata-se de um texto sem a assinatura do autor, escrito na terceira pessoa do singular ou na primeira do plural. O segundo atributo é o da topicalidade. Foca em um tema bem delimitado, mesmo que este ainda não tenha adquirido uma dimensão pública. A condensalidade é outro atributo. O editorial é um texto de poucas ideias, breve e claro, com maior ênfase nas afirmações do que nas demonstrações. O quarto atributo apontado por Beltrão é a plasticidade. Como todo texto jornalístico que se nutre do efêmero e circunstancial, o editorial não é estático, acompanha o ritmo dos próprios fatos para apreendê-los em seus desdobramentos e variações.

Este artigo tem por objetivo analisar como os três principais jornais diários do Recife – Jornal do Commercio, Diário de Pernambuco e Folha de Pernambuco –

abordaram a prisão do ex-presidente Lula em seus editoriais. Pelo menos quatro fatores justificam a realização deste trabalho: a relevância e ineditismo do acontecimento, uma vez que diz respeito a primeira prisão de um ex-presidente brasileiro por crime comum; o fato da prisão ter ocorrido em ano eleitoral e Lula ser o preferido das pesquisas de intenção de voto; a tensão social que o episódio provocou com o acirramento das posições contra e a favor da prisão; e a polêmica em torno dos motivos que levaram o juiz federal Sérgio Moro a decretar a prisão.

Considerando que nos editoriais dos jornais brasileiros, como observa Marques de Melo (2003, p. 105), “as instituições jornalísticas procuram dizer aos dirigentes do aparelho burocrático do Estado como gostariam de orientar os assuntos públicos”, é de grande importância entender como os três principais jornais pernambucanos se posicionaram politicamente a respeito do episódio da prisão de Lula. Cabe salientar que a região Nordeste – e o estado de Pernambuco, em particular – se constitui como uma grande base eleitoral do ex-presidente.

Para o desenvolvimento da análise do discurso dos editoriais, consideramos os estudos de Martin Bauer e George Gaskell (2002) acerca da semiótica social de Kress e Hogde, que apresenta uma preocupação explícita a respeito da relação entre linguagem e política:

A tradição está bem representada nos estudos de mídia, particularmente na pesquisa sobre imprensa, e enfatizou – entre outras coisas – as maneiras como formas linguísticas específicas (tais como a anulação do sujeito, passivização ou nominalização) podem ter efeitos dramáticos sobre a maneira como um acontecimento ou fenômeno é compreendido. (BAUER e GASKELL, 2002, p. 246)

Com isso, compreendemos que a forma escolhida pelo editorialista para escrever seus textos, escolhendo palavras específicas ou optando por um tom crítico mais acentuado ou não, são motivadas não por interesses pessoais de quem escreve, mas sim da linha editorial do jornal, representando um significado relacionado a um contexto social específico. Dessa maneira, a escolha dos signos na construção de um editorial tem sempre significados políticos e sociais, mesmo que estes não tenham sido feitos intencionalmente pelo jornalista que o escreveu.

A partir da noção de semiótica social, entendemos que não há discurso neutro, isento de significados não-ditos. Devemos considerar que o jornalista não é produtor de um discurso subjetivo, pois no texto de um editorial está exposta a opinião do jornal,

envolvendo seus valores socioeconômicos, políticos e históricos. Assim, nos cabe ler e interpretar, buscando compreender as implicações discursivas e sua representação dentro de um determinado contexto.

Em termos de percurso metodológico, a pesquisa envolveu uma revisão bibliográfica acerca do jornalismo opinativo e seus gêneros, bem como da análise do discurso. Foi também realizada uma entrevista aberta com os editorialistas dos três jornais para o entendimento dos critérios de escolha de temas e o processo de elaboração do editorial em cada jornal. A etapa final da pesquisa envolveu a análise dos textos editoriais publicados nos dias 5 a 7 de abril de 2018, período que compreende a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de negar o pedido de *habeas corpus* preventivo à Lula, a expedição da ordem de prisão pelo juiz Sérgio Moro, a resistência de Lula, sua rendição e chegada até a carceragem da Polícia Federal, em Curitiba.

## 2. Breve contextualização do acontecimento

Para Adriano Duarte Rodrigues (1996, p.27), um acontecimento é “tudo aquilo que irrompe na superfície lisa da história de entre uma multiplicidade aleatória de factos virtuais”. No âmbito do discurso jornalístico, “o acontecimento constitui o referente de que se fala, o efeito de realidade da cadeia de signos, uma espécie de ponto zero da significação”. Mas o acontecimento jornalístico tem uma natureza peculiar, distingue-se dos demais acontecimentos possíveis “em função de uma classificação ou de uma ordem ditada pela lei das probabilidades, sendo inversamente proporcional à probabilidade de ocorrência”. A prisão de um ex-presidente, como foi o caso de Lula, por exemplo, é um típico acontecimento jornalístico porque envolve uma celebridade política em situação inusitada.

O ex-presidente foi condenado em primeira instância em julho de 2017, pelo juiz Sérgio Moro, a uma pena de 9 anos e 6 meses de prisão ao caso do Triplex por corrupção passiva e lavagem de dinheiro. O Triplex se refere a uma propriedade privada no Guarujá, recebida como propina pela OAS. E em janeiro de 2018, o Tribunal Regional Federal da 4ª Região aumentou a pena para 12 anos e um mês de prisão em julgamento que durou 8 horas e 15 minutos.

Já em março de 2018, o STF julgou um *habeas corpus* preventivo, que impedia a prisão de Lula até o julgamento do definitivo no dia 4 de abril. O TRF4 poderia emitir

o mandado contra o ex-presidente após o último recurso julgado no dia 26 de março de 2018. Tal decisão do Supremo foi alvo de procuradores da força-tarefa da Operação Lava-Jato já que o “princípio Lula”, termo que é adotado quando uma pessoa não pode ser presa por qualquer “atraso da justiça”, impediu que Lula fosse preso.

Na quinta-feira, 5 de abril de 2018, o Supremo Tribunal Federal julgou e negou, por 6 votos a 5, o pedido de *habeas corpus* ao ex-presidente Lula, autorizando a execução da pena assim que Sergio Moro optasse por expedir o mandado de prisão.

No dia seguinte, 6 de abril, é expedida a ordem de prisão que condena Lula por corrupção e lavagem de dinheiro no caso do apartamento triplex na praia de Guarujá, em São Paulo, que, segundo o juiz Sergio Moro, teria sido dado ao ex-presidente em forma de propina pela construtora OAS, como parte de um acordo de desvio de dinheiro da Petrobrás. Apesar do prazo de 24 horas estabelecido pelo juiz federal, o petista não se entregou no tempo previsto e seguiu negociando sua rendição com a justiça.

Enquanto negociava, Lula ficou na sede do Sindicato dos Metalúrgicos, em São Bernardo do Campo, no interior paulista, seu berço político. Lá, recebeu diversas manifestações de apoio, incluindo episódios em que tentava sair da sede para se entregar, mas os militantes não deixavam. O ex-presidente também fez um longo discurso à sua militância, criticando principalmente a suposta perseguição política sofrida por ele, e a cobertura “tendenciosa” da mídia acerca de sua prisão.

Finalmente, no sábado, 7 de abril, Lula se entrega e vai para a carceragem da Superintendência da Polícia Federal de Curitiba. Foram três dias que movimentaram intensamente o noticiário político brasileiro, que noticiava pela primeira vez na história do país a prisão de um ex-presidente da República. O acontecimento dividiu a população brasileira ao meio, em pró-Lula e contra Lula, gerou grande comoção popular e provocou reações internacionais.

Na cobertura desse acontecimento a mídia, de modo geral, enfatizou a relevância do fato, destacou o discurso do ex-presidente antes de se entregar à polícia e as manifestações contrárias e favoráveis ao ato da prisão, assim como o conflito entre os ativistas – instalado no Brasil principalmente depois das eleições de 2014, marcada pela bipolaridade, divisão política e ideológica que desaguou no *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff.

### **3. Descrição dos jornais e dos seus critérios de elaboração do editorial**

Antes da análise propriamente dita, é importante fazer uma breve apresentação de cada um dos três principais jornais diários do Recife, objeto desta pesquisa, bem como os critérios que norteiam a elaboração de seus editoriais. O Diário de Pernambuco (DP) é o mais antigo jornal em circulação da América Latina, fundado e publicado no Recife desde o dia 7 de novembro de 1825. A partir de 1931 o jornal foi adquirido pelo jornalista Assis Chateaubriand e passou para o consórcio Diários Associados. Em 2015, teve 57,5% de suas ações compradas pelo Sistema Opinião de Comunicação.

Segundo o editor executivo do DP, que também é responsável pela elaboração do editorial, o jornal tem como critério de noticiabilidade os temas regionais para atrair o público local, além de preferir notícias quentes para se manter atual. Como tem muito tempo de casa, o editor tem a confiança da direção da empresa para escolher os temas e escrever os editoriais. De todo modo, procura evitar um posicionamento político mais direto nos textos em respeito à diversidade de opinião dos leitores.

Fundada em dia 3 de abril de 1998, a Folha de Pernambuco (FP) pertence ao grupo Empresarial EQM, do empresário Eduardo de Queiroz Monteiro. O jornal, geralmente, aborda temas mais frios e o editorialista trabalha, presencialmente, na redação. Ele é um funcionário com vinte anos de casa e sua única função é de escrever os editoriais de segunda a sexta-feira. Já o editorial da edição de fim-de-semana é escrito pela editora-chefe do jornal, sendo intitulado de “Conversa com o Leitor”. A FP considera importante ter cuidado para não agredir o leitor no texto de um editorial, optando, assim, por uma opinião não muito radical. Os principais critérios de escolha temática, são: assuntos relevantes do dia, de interesse da “classe média emergente”, datas comemorativas ou pesquisas divulgadas, sempre utilizando uma linguagem breve, simples e direta. Tal como no DP, o editorialista do FP afirma ter bastante liberdade para a escolha dos temas.

O Jornal do Commercio (JC) foi fundado em 1919 pelo jornalista F. Pessoa de Queiroz. Mas desde 1987 pertence ao Sistema Jornal do Commercio de Comunicação, braço midiático do Grupo JCPM, do empresário João Carlos Paes Mendonça. Diferente dos outros dois jornais, o editorialista do JC não trabalha presencialmente na redação. Seus textos são enviados por e-mail ou por aplicativo de mensagens. Além de redigir o editorial, ele tem uma coluna no jornal. Em relação ao critério de noticiabilidade, o JC



---

prioriza assuntos mais quentes, mas não necessariamente algo que aconteceu no dia anterior.

A escolha de temas geralmente é sugerida ao editorialista e o JC não manifesta uma preferência por temas regionais, mas algo de relevância social no geral. Além disso, o jornal defende alguns princípios como a liberdade de imprensa, a livre iniciativa e as privatizações, sendo assim, a escolha do editorialista se baseia em uma concordância dele com os ideias e pressupostos da empresa.

#### **4. Análise dos Editoriais**

##### **4.1. Editoriais do Jornal do Commercio**

No período analisado pela pesquisa, de 5 a 9 de abril de 2018, o JC publicou dois editoriais a respeito da prisão de Lula. O primeiro editorial, com o título “As instituições ficam”, saiu na edição da sexta-feira, 06/04/18, dia seguinte à expedição do mandado de prisão do ex-presidente. Já no trecho de abertura, o editorial deixa evidente sua posição favorável à prisão:

A decretação de prisão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ontem, pelo juiz Sérgio Moro, tem um impacto político enorme, mas é também um sinal claro de que, no Brasil, as instituições funcionam dentro da normalidade democrática.

O editorial defende que, por mais importante que seja a figura do ex-presidente Lula, sua prisão não é suficiente para provocar uma crise institucional, e que este acontecimento representaria uma demonstração de força da democracia brasileira. Essa ideia fica evidente na escolha da expressão “sinal claro”, como um marcador discursivo que adiciona uma dimensão positiva à prisão de Lula. O texto argumenta que a condenação em segunda instância é um procedimento corriqueiro em muitos países e cita exemplos de casos semelhantes ocorridos com outros ex-presidentes da América Latina e até da Coreia do Sul, onde a ex-presidente Park Geun-hye aguarda julgamento presa, por suposto recebimento de propina e abuso de poder.

Em linhas gerais, o texto se posiciona de maneira favorável à decisão do juiz Sérgio Moro utilizando como argumento a legalidade institucional, como pode ser constatado na última frase do editorial.



---

É, portanto, uma prova de resistência da democracia a possibilidade de as instituições investigarem e punirem ex-governantes suspeitos de terem cometido delitos contra a coletividade em nome da qual exerceram o poder.

É interessante observar que a defesa da legalidade constitucional está presente também na primeira página desta edição do JC. A reprodução de trechos do mandado de prisão expedido pelo juiz Sergio Moro, com destaque para o timbre da Justiça Federal, ocupa quase todo o espaço da capa do jornal, logo abaixo da manchete em caixa alta, “A ORDEM DE PRISÃO”.

O segundo editorial foi publicado na edição de domingo com o título “Depois da prisão de Lula”. Faz duras críticas ao PT, a Lula e aos militantes do partido. O texto considera que o “quartel de resistência no Sindicato dos Metalúrgicos do ABC paulista” foi um ato de “irresponsabilidade” e que “não poderia ser adotada no âmbito institucional, por mais que a ala radical da agremiação desejasse a resistência a todo custo.” Segundo o editorial, a estratégia escolhida “para dar uma demonstração de apoio popular” e disseminar uma reação pelo país não deu certo: “Até agora, não aconteceu”.

Com certa ironia, o texto subestima a figura política do ex-presidente Lula no exterior ao afirmar que a comunidade internacional “observa com atenção, de certo, o desenrolar do caso Lula no Brasil”, não pelo que ele representa politicamente, mas porque sua prisão “se relaciona com uma onda de ex-governantes investigados por corrupção”. O editorial também faz duras críticas ao discurso de Lula, antes dele se entregar à Polícia Federal.

“Lamentável que sua fala no dia de ontem, horas antes de se entregar, repetiu os mantras conhecidos de ataque à imprensa, ao Judiciário, e a nebulosos complôs que teriam sido formados para alijar o PT do poder”.

As críticas se estendem também a falta de “mea culpa” do ex-presidente em não reconhecer “os erros do partido e seus próprios pecados – ao se instalar no poder”. Após citar que a autocritica seria mais digna do que insistir “numa trama contra-revolucionária”, o editorial encerra manifestando apoio a Operação Lava Jato e outras de combate a corrupção no poder público. Mais uma vez o JC manifesta sua opinião favorável a prisão do ex-presidente Lula enfatizando a dimensão legal e institucional do acontecimento. É interessante observar que o título do editorial (“Depois da prisão de

---

Lula) tem uma relação direta e se apresenta com um desdobramento do fato anunciado na manchete de capa do jornal daquele dia (“Lula está preso”).

#### 4.2. Editoriais da Folha de Pernambuco

No período investigado, a Folha também publicou dois editoriais a respeito da prisão de Lula. O primeiro saiu na edição da quinta-feira, 05/04/18, dia seguinte à decisão do STF de negar o habeas corpus preventivo ao ex-presidente. Com o título “Protagonismo e contradição do STF”, o editorial aborda o protagonismo do Supremo Tribunal Federal “em meio à crise institucional que o país enfrenta”. Afirma que as discussões e agressões dos magistrados entre si, “além de grandes contradições nas decisões”, como mais uma fonte de decepção para a população brasileira, “que também assiste, incrédula, outros poderes da República no mesmo caminho.”

O texto cita a divergência entre os ministros, na apertada votação contra o habeas corpus de Lula (6x5), como um reflexo da divisão também na sociedade, e considera essa decisão como uma das mais polêmicas a ser tomada pela Corte. Sem manifestar posição contra ou a favor do habeas corpus, o editorial questiona se o caso específico do ex-presidente Lula vai abrir espaço para uma discussão mais ampla acerca da prisão de condenados em segunda instância.

"A negativa à solicitação impetrada pela defesa do ex-presidente abriu outra questão: como a decisão pode influenciar outras prisões ordenadas após o julgamento de segunda instância?"

Se não houve posicionamento favorável à decisão do STF no editorial, o mesmo não pode ser dito na capa da Folha de Pernambuco da quinta-feira, 05/04. Com uma foto de Lula cabisbaixo e a manchete “Prisão de Lula é uma questão de dias”, a primeira página sugere um ar sombrio de derrota, em que o ex-presidente parece encurralado, com um semblante desolado. Para reforçar essa ideia, o jornal destaca ainda a “apatia petista no país”, fazendo referência a falta de manifestações relevantes e uma militância incrédula, apesar das ocupações do Movimento Sem Terra.

“A dois passos da coerência” é título do segundo editorial da Folha, publicado no sábado, 07/04/18, dia em que a resistência de Lula à prisão repercutiu nos jornais impressos. O texto considera que o STF precisa cumprir dois requisitos para que o discurso petista, de que Lula foi vítima de prisão política, torne-se infundado: a manutenção da jurisprudência para prisão em segunda instância e o julgamento de

políticos com foro privilegiado, visando acabar com a sensação de impunidade. O editorial defende que a prisão de Lula pode abrir um novo ciclo na política brasileira, desde que juízes e ministros mostrem que “do presidente ao carregador de malas, todos os culpados deverão ser punidos, porque embora dividido, o país tem um pensamento em comum: o Brasil não aguenta mais tanta impunidade.”

O segundo editorial da Folha já assume a defesa da prisão de Lula, embora pondere que sua eficácia no combate à corrupção dependa de outras medidas do STF. No entanto, na capa do dia 7/4, a Folha traz uma imagem mais humana do ex-presidente. Ele aparece de costas, sendo abraçado por um grupo de pessoas emocionadas. Mas a manchete de “O último ato em liberdade” não se refere ao que a foto revela, e sim a ida de Lula à missa em memória de sua esposa, antes dele se entregar na Polícia Federal. O não casamento do texto com a imagem sugere uma intenção de não valorizar os atos de resistência à prisão.

### **4.3. Editoriais do Diário de Pernambuco**

O DP também publicou dois editoriais sobre a prisão de Lula. O primeiro saiu na edição da sexta-feira, 06.04.18, um dia após o juiz Sérgio Moro mandar prender o ex-presidente. Sob o título “A hora do equilíbrio”, o texto faz uma crítica ao que entende por radicalismo dos “que apostam no quanto pior melhor” e defende a ponderação como o melhor caminho a ser trilhado pelo país.

O Brasil mais precisa é de paz e tranquilidade para encarar os desafios que tem pela frente, que não são poucos nem de fácil solução. O momento é de equilíbrio, de responsabilidade, de compromisso com os mais elevados anseios nacionais.

Há uma defesa explícita do cumprimento da ordem de prisão como um ato legal que precisa ser respeitado por todos, “independentemente de preferências políticas, partidárias e ideológicas, sob pena de se estar afrontando um dos poderes constituídos da República”. A crítica é direcionada a algumas lideranças do PT, como a presidente nacional do partido, a senadora Gleisi Hoffmann, o senador Lindbergh Farias e o líder do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), João Stédile que questionam a decisão do STF de negar o habeas corpus a Lula e pregam uma espécie de desobediência civil. O editorial encerra retomando a defesa da legalidade.

---

As instituições democráticas passaram por diversas crises desde a redemocratização e não será o cumprimento de uma decisão da mais alta instância do Poder Judiciário que alimentará as pretensas ações dos radicais. O país está muito bem preparado para defender a legalidade.

Em sintonia com o conteúdo do editorial, a capa do DP do dia 06.04 mostra uma foto grande, em primeiro plano, de Lula e seu advogado dentro do carro com aparência abatida. Ambos estão em uma posição inclinada para trás, como se estivessem em queda. A manchete, diz: “Lula ameaça resistir a ordem de Moro”. Chama atenção que logo abaixo há uma chamada com a foto sorridente do juiz Sérgio Moro, com os seguintes dizeres: “Juiz levou 22 minutos para produzir e liberar o despacho que determinou a prisão de Lula”. O contexto geral da primeira página sugere uma narrativa de enfrentamento entre o vencedor e o vencido.

Na segunda-feira, 09/04/18, o editorial do DP, intitulado “Agredir a imprensa é agredir a democracia”, segue criticando militantes dos movimentos sociais que agrediram ou ameaçaram o trabalho da imprensa, durante a cobertura das manifestações e protestos contra a prisão de Lula.

A liberdade de imprensa é um dos pilares da democracia, assim como o respeito às decisões judiciais. Ultrajar os profissionais e impedir que exerçam seu ofício significa desprezar os marcos do Estado democrático de direito.

Segundo o texto, o apelo à violência é a incapacidade de dialogar e a sociedade tem o direito de ser informada. A missão da imprensa, amparada na Constituição Federal, é a de “assegurar à sociedade o acesso à informação sem a interferência do Estado ou de qualquer outra instituição, seja pública, seja privada”. Mais uma vez o DP argumenta em defesa da legalidade. Na capa da segunda-feira, dia 9/04, o assunto já não ganha tanto destaque em função da notícia esportiva sobre a decisão do Campeonato Pernambucano de futebol. Três pequenas chamadas falam como foi a primeira noite de Lula na carceragem da Polícia Federal, a intenção dos governadores do Nordeste de visitarem o ex-presidente e a possibilidade dele ser ainda solto.

## **5. Considerações Finais**

Ao analisar discursivamente os editoriais pudemos observar como a construção das frases influencia o sentido que o texto terá para expressar a opinião, desse caso, do

---

jornal. O Jornal do Commercio se posicionou de forma claramente favorável à prisão do ex-presidente Lula, assim como de qualquer político que estivesse em seu lugar. Segundo o JC, em nome da democracia e independente da ideologia política.

A escolha dos temas dos editoriais seguiu o critério de relevância política. O primeiro, intitulado “As instituições ficam”, defendeu a legalidade institucional democrática, apontando que a condenação de um ex-presidente da República representava um avanço na democracia brasileira. O segundo editorial do JC, cujo título é “Depois da prisão de Lula”, também abordou a legalidade institucional como um valor democrático. O jornal se posicionou criticamente em relação a resistência à prisão de Lula, bem como ao discurso do ex-presidente, que, segundo o JC atacou a imprensa e o judiciário, ao invés de assumir os erros de seus governos.

O Diário de Pernambuco, também se posicionou pela legalidade institucional em seus dois editoriais. No primeiro, criticou o radicalismo político dos que se posicionaram contra a decisão do STF de negar o habeas corpus à Lula. Já o segundo editorial, “Agredir a imprensa é agredir a democracia”, fez uma crítica às agressões ao trabalho da imprensa na cobertura dos eventos que envolveram a prisão de Lula. Diferente do JC, o DP adotou um discurso mais neutro evitando um posicionamento mais direto contra o ex-presidente.

A Folha de Pernambuco também procurou seguir um discurso mais sóbrio para não agredir o leitor. Seus dois editoriais sobre o acontecimento levavam para o mesmo caminho da legalidade institucional de que a justiça tem que ser feita independentemente do julgado. Dessa forma, é possível notar que o jornal buscou generalizar o fato para expor a opinião de que todos os atos de corrupção devem ser julgados seguindo a Constituição brasileira, não havendo exceção para o ex-presidente.

Por fim, relacionando os três jornais, é possível notar uma linha editorial que no geral se assemelha. Os três jornais procuraram não ofender o leitor e fizeram críticas ao sistema político do país como um todo, defendendo a democracia e a igualdade para todos os indivíduos. Mesmo assim, na escolha das palavras e da elaboração do texto, deixam claro as suas posições e seus ideais. Outro aspecto observado é que em alguns casos houve alinhamento de opinião do editorial com a capa do jornal.

## 6. Referências

ASSIS, Francisco de. Fundamentos para a compreensão dos gêneros jornalísticos. **Revista Alceu** - v. 11 - n.21 - p. 16 a 33 - jul./dez. 2010

BAUER, Martin; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2002.

MARQUES DE MELO, José. **Jornalismo opinativo: gêneros opinativos no jornalismo brasileiro**. 3. ed., rev. e amp. Campos do Jordão [SP]: Mantiqueira, 2003.

MARQUES DE MELO, José; ASSIS, Francisco de. Gêneros e formatos jornalísticos: um modelo classificatório. **Revista da Intercom** - RBCC - São Paulo, v.39, n.1, p.39-56, jan./abr. 2016.

MEDINA, Jorge Lellis Bomfim. Gêneros jornalísticos: repensando a questão. **Revista Symposium**, Ano 5 - nº 1 - janeiro-junho 2001, p.45-55.

RODRIGUES, Adriano Duarte. O acontecimento. In: TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo: questões, teorias e estórias**. Lisboa: Vega Editora, 1996, p.27-33.

FOLHA de. PERNAMBUCO: Acervo Digital. Disponível em:  
<<https://www.folhape.com.br/folha-digital>>

DIÁRIO de. PERNAMBUCO: Acervo Digital. Disponível em:  
<<http://www.impresso.diariodepernambuco.com.br>>

JORNAL do COMMERCIO: sexta-feira, dia 6 de abril de 2018 – **As Instituições Ficam;**  
Domingo, dia 8 de abril de 2018 – **Depois da Prisão de Lula.**

FOLHA de PERNAMBUCO: quinta-feira, dia 5 de Abril de 2018 – **Protagonismo e**  
**Contradição do STF;** Sábado, dia 7 de Abril de 2018 – **A Dois Passos da Coerência.**

DIÁRIO de PERNAMBUCO: sexta-feira, dia 6 de abril de 2018 – **A Ordem de Moro;**  
segunda-feira, dia 9 de abril de 2018 – **Agredir a Imprensa é Agredir a Democracia.**